

Infâncias desvalidas no Piauí: Percursos de pesquisa**Disabled children in Piauí: Research pathways**

DOI:10.34117/bjdv6n2-089

Recebimento dos originais: 30/12/2019

Aceitação para publicação: 10/02/2020

Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho

Professora assistente da Universidade Federal do Piauí. Doutoranda em Educação Brasileira,
na Universidade Federal do Ceará.
E-mail: jasmine-14_4@hotmail.com.

Maria Juraci Maia Cavalcante

Professora titular da Universidade Federal do Ceará.
E-mail: juracimaiacavalcante@gmail.com

RESUMO

Este artigo trata do encaminhamento metodológico do meu projeto de tese sobre a Infância Desvalida no Piauí, em perspectiva comparada Brasil-Portugal-Angola, que se encontra em fase de delineamento para qualificação. A abordagem teórico-metodológica utilizada envolve o campo da História Social, cujo referencial tem em Philipe Ariès (1986) um ponto de ancoragem, associado a algumas pesquisas encontradas no Brasil sobre essa temática, a exemplo de Mary Del Priori (1996), Maria Luiza Marcílio (1998) e Laura Alves (2014). Essas leituras permitem auferir que a variedade de sociabilidades e as transformações sociais, políticas e econômicas que atingem cada grupo social constroem uma ideia de infância, estando a noção dessa fase da vida presente com algumas variações em diferentes países. Discute o papel das fontes documentais, a partir de um Inventário Analítico para a definição de percursos e possibilidades da pesquisa posta em movimento. Aponta como resultados, que: 1) sob critério de pertencer à classificação de “Infância Desvalida”, do século XIX aos dias atuais, está a presença ou ausência de direitos e/ou cuidados especiais; 2) o termo “crianças desvalidas” se refere à existência ou inexistência de políticas públicas de assistência, educação e saúde; 3) há a necessidade de contextualização histórica das evidências encontradas nos documentos consultados.

Palavras-chave: Infância Desvalida – Fontes Documentais – História Social**ABSTRACT**

This article deals with the methodological guidance of my thesis project on Disadvantaged Childhood in Piauí, in a comparative perspective Brazil-Portugal-Angola, which is in the design phase for qualification. The theoretical-methodological approach used involves the field of Social History, whose reference has in Philipe Ariès (1986) an anchor point, associated

with some research found in Brazil on this theme, like Mary Del Priori (1996), Maria Luiza Marcílio (1998) and Laura Alves (2014). These readings allow us to verify that the variety of sociability and the social, political and economic transformations that affect each social group build an idea of childhood, with the notion of this phase of life present with some variations in different countries. It discusses the role of documentary sources, from an Analytical Inventory for the definition of paths and possibilities of research set in motion. It points out as results, that: 1) under the criterion of belonging to the classification of "Childhood Unworthy", from the 19th century to the present day, there is the presence or absence of special rights and / or care; 2) the term "underprivileged children" refers to the existence or absence of public policies for assistance, education and health; 3) there is a need for historical contextualization of the evidence found in the consulted documents.

Keywords: Disadvantaged Childhood - Documentary Sources - Social History

1 INTRODUÇÃO

Este inventário encontra-se em processo de construção, tendo em vista que, até o presente momento, não foram esgotadas as fontes. Na tentativa de cercar nosso "objeto", ainda encontramos nós a serem desatados ao longo do processo, e, por isso, o privilégio metodológico está no percurso e não na forma. Os documentos catalogados foram localizados na Sala do Poder Executivo (SPE)/ Barras / Comissão de Socorros, do Arquivo Público do Piauí. Outras fontes provenientes das pastas de Coletoria; Escravos; Juízes municipal e de órfãos; Tesouraria da Fazenda; Administração da Fazenda; Passaporte/autorização para deslocamentos de escravos e Instrução ainda estão sendo analisadas, sob critério de pertencer à classificação "Infância" ou "Infância Desvalida", do século XIX aos dias atuais.

Na tentativa de construir um balanço histórico/historiográfico e sociológico da infância nas "populações excluídas", que, no período clássico, eram chamadas de "populações primitivas" e, mais recentemente, de "populações marginais", as fontes procuradas tentam mostrar algum percurso (e não o único, sabemos!) do lugar da infância digamos "excluída" do Piauí e seus lastros na escravidão e no processo colonizador.

Pretende-se ainda, para compor este inventário, realizar buscas de informações do governo sobre o trabalho de assistência e educação desenvolvido com as crianças pobres; considerando que muitos dados encontrados revelam aspectos contextuais, e que nossa categoria principal de estudo – Infâncias – não está posta fora da existência social, política e cultural em tempo e espaço determinados. Apenas no contato com estes, é que será possível desvelar, dentre tantas infâncias, as marcas da infância excluída no Piauí e suas possíveis influências e determinações históricas.

Em momento posterior, com o objetivo de complementação dos dados e compreensão mais profunda da circulação das influências e/ou determinações, organizar-se-á a segunda fase (ou fase paralela) da pesquisa, em Portugal. Pretende-se identificar evidências quanto à lógica inicial de espoliação do trabalho que influencia diretamente a pobreza, colocando a infância como parte desse todo, como circunscrita nos modos de ser e existir das populações excluídas no Piauí. Ancoramo-nos no pressuposto de que a variedade de sociabilidades e as transformações sociais, políticas e econômicas que atingem cada grupo social constrói uma ideia de infância, um jeito de ser ou não ser criança, a presença ou ausência de direitos e/ou cuidados especiais, a existência ou inexistência de políticas públicas de assistência, educação e saúde (nesta pesquisa, priorizando-se assistência e educação).

2 FONTES DOCUMENTAIS: INÍCIO DA INVESTIGAÇÃO

As fontes encontradas até o momento revelam algumas percepções do contexto da pobreza e indigência no Piauí, nas últimas três décadas do século XIX. Nas listas de nomes e relações de indigentes e migrantes, identificou-se um número considerável de crianças, sobretudo da primeira e segunda infâncias. As listas trazem informações nominal, de faixa etária e de naturalidade.

A população pobre do Piauí, de 1870 a 1900, segundo os documentos encontrados, era composta por indigentes e migrantes. Estes, de naturalidade cearense, em sua maioria. Esses dados serão analisados a partir de referências históricas e estudo acerca das causas dos movimentos migratórios entre Piauí e Ceará, nesse período. Pretende-se articular ao tratamento bibliográfico, uma análise pela via literária, por exemplo, com o livro *Um Manicaca*, de Abdias Neves – obra realista/naturalista, em que se revela o contexto piauiense na última década do século XIX e que se apresenta pelo grande intuito do homem rural em sair em busca de melhores condições em regiões fora do estado.

No que se refere às informações mais precisas acerca da infância, sobretudo da primeira e segunda infância (0-6 anos e 6 a 12 anos), no presente momento, realizamos a análise estatística da população infantil em cada relação/quadro de nomes de migrantes e indigentes desse período. Após realizada a mensuração da população infantil e categorização por idade, a fim de selecionar a faixa etária em análise na pesquisa, realizar-se-á a busca por elementos contextuais acerca de serviços de assistência e educação. Acerca disso, faremos análise conjunta aos documentos da pasta de Instrução (Sala do Poder Executivo – Arquivo

Público do Piauí) e, ainda, visitas à Hemeroteca deste Arquivo Público, para complementação de fontes sobre o período.

A seguir, apresento uma lista das primeiras fontes encontradas, com registros fotográficos e pós-análise, para tratamento bibliográfico:

1.1 Ofício (1877): Comissão encarregada de comprar gêneros alimentícios e “distribui-los coma pobreza desvalida e atacada pela fome neste município”.

1.2 Documentos diversos (1872): Ceder terreno da província aos imigrantes.

1.3 Ofício (1891): Ao Governador do Estado, com pedido de ajuda para o município de Barras, em relação à situação da classe indigente, que “morre a míngua” e descreve situações de “chuvas abundantes”, causando sofrimento e desamparo aos “infelizes famintos e mal agasalhados”.

1.4 Ofício (1895): Resposta de ofício encaminhado ao governador, comunicando ajuda financeira para vítimas de incêndio, com construção de nove casas.

1.5 Ofício (1877): A Comissão de Socorros comunica ao governo a chegada de mais imigrantes com necessidades de socorro e proteção. Solicita, ademais, ajuda para compra de gêneros alimentícios.

1.6 Ofício (1877): Serviço de prestação e distribuição de socorros à pobreza desvalida neste município só pode ser feito mediante Concorrência Pública.

1.7 Ofício (1878): Recorrer à caridade pública. “Necessidades de tantos infelizes”.

1.8 Ofício (1877): Pedido de ajuda financeira, tendo em vista que os gêneros alimentícios que dispõem são insuficientes para atender necessidades de grande número de migrantes que, diariamente, “afloram a esta vila”.

1.9 Ofício (1878): Trata de recebimento de qualquer quantia destinada aos migrantes desta vila, que se acham em sua maioria “reduzidos à última miséria e amparados quase exclusivamente pela caridade pública”.

1.10 Ofício (1878): Remediar urgentes necessidades de migrantes e indigentes;

Descrição: Ausência total de chuvas, poucos legumes aqui se encontram e os que aparecem no mercado são por um preço que o pobre não pode adquirir. Assinado pelo presidente desta província (Barras).

1.11 Ofício (1878): Acusa o recebimento de cinquenta quartas de farinha para atender as necessidades de migrantes que vagam diariamente pelas ruas desta vila, enfermos, famintos e a mendigar o pão da caridade.

1.12 Ofício (1878): Solicitação de medicamentos para tratar enfermidades de migrantes doentes. Em descrição: “Sofrem de intermitentes e de outras enfermidades, solicitam quatro onças de XXX e outros tantos litros de óleo de rícino destinados ao tratamento das mesmas”.

1.13 Ofício (1877): Gêneros alimentícios destinados à pobreza desvalida.

1.14 Ofício (1878): Providenciar o regresso dos migrantes aos seus lares. Muitos ainda não voltaram por falta de meios.

1.15 Conjunto de documentos (1879): “Relação comercial de imigrantes”.

Questionário feito aos migrantes, em relação ao recebimento das diárias e ajudas do governo para o atendimento de suas necessidades;

“Interrogatório feito aos imigrantes do Núcleo Santa Filomena, em 1879”.

1.16 Relação de migrantes existentes na localidade denominada “Sítio” (1878):

Localidade que recebia ajuda do governo como consta no contrato de 29 de março de 1878. Total de migrantes: 304. Naturalidade: Ipu, Crateús, Independência e Assaré.

Nota: O número de migrantes subiu quando cessou o tráfico de escravos.

1.17 Quadro de pessoal existente no “Núcleo de Imigrantes do Sítio Gandú”, em 20 de maio de 1879.

1.18 Relação nominal dos imigrantes do Núcleo Deserto, em 30 de março de 1878.

Documentos de Hospitais / Migrantes / SPE / Arquivo Público do Piauí:

1.19 Ofício 26 de 25 de junho de 1879: Sobre grande número de mulheres doentes e enfermeiras insuficientes no Hospital do Morro de Santo Antônio.

1.20 Ofício com solicitação de cabeleireiro, para “corte de cabelo de meninos doentes”.

Identificação de crianças migrantes doentes.

1.21 Ofício N. 22, de 11 de setembro de 1879: Solicitação de fazenda para confecção de roupa de cadáveres de migrantes.

1.22 Ofício de 21 de setembro de 1879.

Estado de conservação com leitura prejudicada. A analisar, *a posteriori*.

1.23 Mapa demonstrativo do movimento dos migrantes no Hospital do Morro de Santo Antônio.

1.24 Ofício N. 37, de 26 de dezembro de 1872.

Presença de três menores e suas famílias. Tiveram alta médica e solicitam duas passagens.

1.25 Lista de migrantes com alta, curados de suas enfermidades (documento com três páginas). De 29 de dezembro de 1879.

Em descrição: presença de crianças de 3 a 12 anos.

1.26 A analisar. Estado de conservação ruim, com leitura prejudicada.

1.27 Solicitação de providências necessárias para tratamento de crianças com sarampo. Ofício de uma enfermaria ao governo do estado, em 10 de janeiro de 1880.

1.28 Quadro de pessoal existente e número de doentes. De 31 de dezembro de 1879.

1.29 Quadro demonstrativo do movimento do Hospital. De 22 de janeiro de 1880.

1.30 **Lista de nomes de enfermos (1879).** Comissão de socorros.

1.31 **Ofício de 03 de janeiro de 1878:** Migrantes cearenses direcionados para trabalhos de lavoura.

1.32 **Ofício de 22 de janeiro de 1890:** Solicitação de encarregado para auxílio no tratamento de indigentes nas Vilas de Jaicós e Picos.

1.33 **Ofício de 13 de agosto de 1898:** Município de Teresina. Pedido de ajuda ao governo do estado para uma indigente/viúva paupérrima e sua filha menor que tiveram a casa onde residiam incendiada.

Em descrição: “Casinha de palha incendiada”. Documento com três páginas.

1.34 Relação de migrantes do município de Piripiri.

Estado de conservação: muito ruim.

Os títulos da lista mostram o tipo de demandas ao poder público que eram feitas pela população desvalida. Revelam a problemática social em que as crianças desvalidas estavam imersas, vivendo situações de migração (as do Ceará fugindo de secas terríveis acontecidos nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX).

3 ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

As leituras indicadas na lista bibliográfica ao final já foram feitas no semestre anterior e/ou estão sendo feitas no presente momento; outras foram colocadas como indicativas do processo de revisão bibliográfica em curso. O que esboçarei aqui são algumas contribuições que já consegui destacar e que funcionam como balizas para a minha caminhada de pesquisa, no que diz respeito: a) à conceituação de infância; b) à utilização de fontes documentais; 3) ao sentido da História social da infância.

No Brasil Colônia, a fim de solucionar o problema de abandono dos órfãos, crianças pobres, afastadas do caminho da salvação, os jesuítas criaram os colégios de meninos, “instituições destinadas a abrigar legiões de indiozinhos sem pai” (DEL PRIORE, 1991, p.27), com o objetivo de resgatar almas com comportamentos desviantes dos valores cristãos.

O período colonial apresentou diferentes ritmos de crescimento e, nos primeiros dois séculos, com o crescimento acelerados das cidades e as consequentes transformações sociais e estruturais afetaram a vida das crianças pobres, aumentando o índice de crianças abandonadas ou sem habitação. Alguns “enjeitados” acabavam por ser adotados como “filhos de criação” ou agregados por famílias estruturadas (VENÂNCIO, 1997, p.190).

Foi determinado a Antônio Paes Sandi, Governador da Capitania do rio de Janeiro, através de uma carta régia de 1693, que os expostos fossem criados com o custeio do poder público. Somente em 1738, cria-se a Roda dos Expostos no Rio de Janeiro, com a doação de Romão de Mattos Duarte, com o objetivo de servirem de amparo aos recém-nascidos abandonados. “Casa de Expostos”, “Depósito de Expostos” e “Casa de Roda” foram algumas das denominações dadas às instituições que utilizaram a roda para receber as crianças e os adolescentes pobres abandonados (PAVÃO, 2011).

Até o fim do Império, as medidas de amparo à infância pobre no Brasil assumiam um caráter religioso, vinculadas, na maioria das vezes, à Igreja Católica. As primeiras instituições de atendimento à infância desvalida apareceram no Brasil na segunda metade do século XIX, como o Imperial Instituto de Meninos Cegos (1854), o Imperial Instituto de Meninos Surdos (1855), a Escola de Aprendiz de Marinheiro (1873), o Asilo de Meninos Desvalidos, a Escola Quinze de Novembro (1889), dentre outras.

Essas primeiras instituições tinham o objetivo de auxiliar crianças desvalidas e orientar a maternidade com princípios da puericultura, num processo de desenvolvimento civilizatório e fortalecimento das gerações e da raça humana. Com o avanço da ciência médica, sobretudo em decorrência da preocupação com as causas da mortalidade infantil e o avanço de doenças infectocontagiosas, articulada aos processos de reformas urbanas, práticas médicas higienistas e eugenistas, estiveram na vanguarda da criação de instituições e influenciando políticas de assistência à infância pobre no Brasil. Esse pensamento tinha como objetivo a prevenção da desordem, da criminalidade e da loucura.

As primeiras instituições articulavam medicina social, filantropia e ações governamentais e foram conhecidas como Roda de Expostos, Hospitais, Casas de

Recolhimento e Colégios de Órfãos, muitas vezes com administração privada e auxílio financeiro do governo da província.

Para compreender o sentido das ações governamentais no Piauí, assim como em todo o território nacional, entre os séculos XIX e XX, percebe-se que as teorias e práticas desse período convergem para um processo de criminalização e patologização das crianças pobres. Foi somente a partir da fundação de Teresina, no ano de 1852, que houve maior sistematização das normas voltadas para a infância, ao tempo em que foram criadas programações de cinema com sessões específicas para as crianças, forma de lazer eminentemente moderna, que substituía hábitos tidos como rurais.

O Estado assumia a função de “pai dos pais”, como dizia o Relatório de Instrução Pública do ano de 1922, “ao lado da liberdade que tinha o pae de escolher professor, havia um pae de família, cujo direito é ser, pelo menos, tão respeitado quanto os outros, pois abrange a todose: é o Estado”. A instrução aparece nesse período como um mecanismo preventivo capaz de ajudar a manter a ordem social através do controle das virtualidades dos indivíduos. O relatório em questão, sob análise criteriosa do historiador Lopes (2014, p.65) preconiza que:

Os dispositivos que atuarão sobre as famílias no sentido de promover a instrução infantil teriam pelo menos duas frentes distintas de atuação - tanto pelas estratégias utilizadas, quanto pelos efeitos políticos que suscitarão em cada um dos casos. No caso das crianças dos segmentos mais pobres restava uma educação que tinha por meta moldá-la para a submissão servindo de obstáculo para a formação de uma consciência mais ampla de cidadania. A elas, que viviam sob a tutela do Estado, estava reservada a “estadania”. A instrução passa a ser apresentada como uma espécie de protetora da ordem social, jamais como instrumento de questionamento da mesma. Há um processo que leva os indivíduos, através da educação, a internalizarem os valores sociais dominantes. Um povo instruído será obediente, saberá o que deve e não deve fazer e conseqüentemente terá a capacidade de se autopolicar.

Por um lado, tentava-se corrigir a situação de abandono moral das crianças pobres, mas no sentido estrito de educação, ou seja, atendendo a interesses econômicos e sociais alhures, distantes do próprio sujeito, opostos à ideia de cidadania. A instrução às crianças marginalizadas era possibilidade de redução da criminalidade e saneamento moral das ruas, isolamento em abrigos e impedimento à transmissão autárquica dos saberes práticos pelas relações familiares.

No Regimento Interno do ano de 1864, ficava definido que o Colégio dos Educandos Artífices assistiria à infância pobre, na faixa etária de 8 a 14 anos, com o propósito de reabilitá-los moral, física e espiritualmente através da instrução adequada. Percebe-se que, em Teresina, desde sua fundação, o poder público esteve atento aos meninos pobres andarilhos das ruas, e, para solucionar o problema destas crianças desvalidas criaram-se instituições como esta, que representavam na prática uma tentativa de ordenação do espaço público de Teresina através de um controle mais efetivo e sistematizado das classes mais pobres da Província (LOPES, 2014, p. 67).

É imperioso destacar que, segundo ofícios e listas¹ de nomes de migrantes que integravam a população da província do Piauí no fim do século XIX e início do século XX nas mais diversas localidades, de norte a sul do estado, revelam que a população indigente era composta quase integralmente por migrantes do Ceará, de municípios como Ipu, Independência e Crateús, que fugiam das secas em direção ao norte do país e, muitas vezes, encontravam no Piauí condições razoáveis de subsistência e, quando afortunados pela sorte, constituíam famílias e permaneciam em território piauiense.

Na segunda metade do século XIX houve duas grandes secas, a de 1877-1879 e outra em 1888-1889 e, no século XX, um total de treze (13) grandes períodos de seca, de acordo com fontes de Tomaz Pompeu (1953), Phelipe Guerra (1909), Minter-Sudene (1993) e Funceme (1994). Em 1950, mais de dois bilhões de nordestinos viviam fora de suas casas, 17% do Alagoas, 13% do Piauí, 10% da Bahia e 15% do Ceará, por exemplo.

A infância desvalida no Piauí nesse período tinha estreita relação com esses processos migratórios, senão sua própria origem. A essas crianças, eram direcionadas medidas indissociavelmente sanitárias e políticas. Pela ótica das políticas e ideias transnacionais de investimento na educação das crianças como garantia de desenvolvimento econômico e social, Rizzini (1997, p. 52) acrescenta:

Grupos representativos da elite brasileira qualificavam a criança originária dos segmentos pobres da população simultaneamente como problema e solução. Problema porque embrião da viciosidade e da desordem e solução porque, ainda facilmente moldável, prestava-se a que fosse “educada” como elemento útil para a nação. Um elemento servil adaptado à ordem liberal capitalista.

¹ Documentos que constituem fontes documentais em análise pela autora, localizadas na Sala do Poder Executivo do Arquivo Público do Piauí.

Na primeira década do século XX, uma série de declarações, como a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, aprovada em 1924, que foi o primeiro instrumento internacional de proteção aos menores, e, depois, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em 1948, preconizavam que somente com o reconhecimento da dignidade de todas as pessoas, alcançar-se-á a liberdade, justiça e paz no mundo. Esses documentos influenciados pela Teoria de Proteção Integral da Criança afirmavam que os menores possuem os mesmos direitos dos adultos, contudo, devido à sua condição de hipossuficiência e vulnerabilidade, fazem jus a uma proteção especial e prioritária.

Essa teoria ganhou força com a aprovação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, em 1989, que constitui o instrumento normativo internacional de direitos humanos mais aceito na história da humanidade, com ratificação por 192 países. O fato é que legislações e instrumentos normativos internacionais reafirmavam a necessidade econômica e social contemporânea de proteger e investir no futuro das crianças como possibilidade de ascensão social. Contudo, as raízes da desigualdade são mais profundas e a educação e a assistência direcionadas às crianças pobres foram influenciadas eminentemente por ideias higienistas, na prevenção da delinquência e de comportamentos desviantes, tornando a saúde física e a adequação moral das crianças uma preocupação da sociedade.

A Medicina, sobretudo a Psiquiatria, apresentava-se como um saber capaz de elaborar estratégias² eficazes no sentido de promover um ordenamento do espaço urbano. Foi nesse contexto, que, em 1902, Antônio Ribeiro Gonçalves, médico, professor e político piauiense – que dirigiu a Santa Casa de Misericórdia e o Asilo de Alienados, e, administrativamente estava ligado a esta instituição –, apresentou sua tese de doutorado à Universidade Federal da Bahia, na qual defendia a relação da evolução mental da criança ao contexto social e à formação da sociedade.

Sua tese afirma que estes indivíduos tinham um comportamento rudimentar que nada mais era do que o reflexo de um sistema cerebral pouco desenvolvido. Para o autor, o desenvolvimento do senso moral estaria associado ao desenvolvimento das funções cerebrais. Mais ainda, o senso moral estaria condicionado ao desenvolvimento cerebral dependendo deste para a sua realização plena. De acordo com Gonçalves (1902), fenômenos hereditários

² Para Michel de Certeau, as estratégias produzem, mapeiam e tentam disciplinar os indivíduos. Fonte: CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

despertavam e produziam “impulsões e tendências” que, à primeira vista, pareciam espontâneas.

Dr. Gonçalves foi influenciado teoricamente por H. Spencer, que defendia o hábito mental como transferência para outras gerações sob a forma de instinto. Para o autor, não existia um “senso moral inato”, mas este é constituído sob influência de cruzamentos hereditários. A moral entra na ordem do biológico e vice-versa. As mudanças educacionais poderiam constituir novos hábitos, que provocariam mudanças hereditárias; ou seja, para o referido autor, a educação possuía função secundária, em relação às influências hereditárias.

Na defesa de palpáveis ações do determinismo e, paralela à essa visão da medicina quanto aos processos de desenvolvimento infantil, o médico piauiense acreditava que a infância consistia em foco principal de prevenção da criminalidade e da loucura, porque, segundo ele, as crianças são “duplamente contaminadas”, pelo contato com os pais e pela influência do meio. Afirmou em sua tese que, por não apresentar senso moral, a criança poderia ser cruel. Devido à falta de uma vontade inibidora interna, tinha uma tendência natural à crueldade. Para o autor, a educação oferecida aos infantes não só não coibia como incentivava esses desregramentos.

Os estudos e concepções de Gonçalves (1902) sobre a formação da infância pobre são importantes na representação da circulação dessas ideias na Província do Piauí entre os séculos XIX e XX, porque resultam em conhecimento científico e atuação política do Estado na consolidação de políticas sociais e educativas à infância desvalida.

Foi possível perceber que, somente a partir da República, as políticas de Estado para a infância foram efetivamente implementadas, na concretização do processo civilizatório. As políticas à infância desvalida caracterizavam-se por questões de justiça e assistência, aos menores considerados ociosos e violentos.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Aponta como resultados, que: 1) sob critério de pertencer à classificação de “Infância Desvalida”, do século XIX aos dias atuais, está a presença ou ausência de direitos e/ou cuidados especiais; 2) o termo “crianças desvalidas” se refere à existência ou inexistência de políticas públicas de assistência, educação e saúde; 3) há a necessidade de contextualização histórica das evidências encontradas nos documentos consultados.

Na unidade de análise desta pesquisa, Infâncias desvalidas, percebemos características observacionais e explicativas que, afastadas dos padrões e lógicas da história e sociabilidade

local, revelam concepções e trajetórias que podem vir a ser semelhantes ou diferentes dentro de uma mesma lógica de compreensão, dada a teia complexa de relações interinstitucionais, de práticas culturais e de políticas de desenvolvimento globais.

As comparações internacionais são úteis na busca por padrões de convergência (ou divergência), considerando que as fronteiras nacionais não são inteiramente arbitrárias e que há influências geográficas, históricas e políticas que merecem atenção especial. Analisar infâncias desvalidas sob esta perspectiva afasta o risco de distorções provocadas pelas análises superficiais e singulares.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laura. **A Infância em Construção: as fontes de investigação**. In: ARAÚJO, Sônia, ALVES, Laura, BERTOLO, Sonia. Pesquisa e Educação na Amazônia. Belém, EDUEPA, 2014. pp. 35 – 52.

ARAÚJO, Maria N. de. **A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará**. São Paulo: Hucitec, 2000.

ARDUINI, Juvenal. **Antropologia: ousar para reinventar a humanidade**. São Paulo: Paulus, 2002.

ÀRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BONZATTO, Eduardo Antonio. **Aspectos da História da África, da Diáspora Africana e da Escravidão sob a perspectiva do Poder Eurocêntrico**. São Paulo: Ícone, 2011.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **História da Educação de Portugal: discurso, cronologia e comparação**. Um ensaio de crítica histórica. Fortaleza, Edições UFC, 2008.

COMENIUS, Jan Amos. **A escola da infância**. São Paulo: Unesp, 2011.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Org.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

DEL PRIORE, M. (Org). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora AMAIS, 1997.

SANTOS, Maria Walburga dos. Crianças no tempo presente: a sociologia da infância no Brasil. **Revista Pro-Posições**. V.23.N.2. Campinas, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200017. Acesso em 02/04/2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **História Geral da África: Pré-história ao Século XVI**. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **História Geral da África: Século XVI ao Século XX**. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

UNESCO. **Brasil-África: herança cultural e interculturalidade**. Brasília: MEC, 2012.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

